

Instituto Jurídico da Comunicação debateu Imprensa Regional

# Prestada homenagem ao Prof. Pinto Monteiro

LINO VINHAL

O Instituto Jurídico da Comunicação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra assinalou da melhor maneira os 25 anos da sua fundação. Desde logo porque associou a data à homenagem que prestou ao Professor Pinto Monteiro, fundador do Instituto, seu director e grande timoneiro nestes 25 anos que leva de estudo aprofundado dos valores que constituem o patamar ético-jurídico em que a comunicação social deve desempenhar e cumprir a sua função.

Depois, porque enriqueceu essa homenagem – simples, muito sentida, afectuosa e humilde, como de natureza humilde é a própria pessoa homenageada, há 40 e tal anos descida do interior beirão em busca do Saber a cujo estudo dedicou toda uma vida – com um debate que teve como mote a Imprensa Regional, convidando para o efeito pessoas que vieram falar do que sabem: o dr. João Palmeiro, presidente da Associação de Imprensa Portuguesa (API), Fernando Martinez, Professor da Universidade de Salamanca, Clara Almeida Santos, Professora da Universidade de Coimbra e sua vice-reitora, e o dr. Pedro Lomba,

docente da Universidade de Lisboa e ex-secretário de Estado com a tutela da comunicação social.

E se a homenagem a António Pinto Monteiro – talvez o mais respeitado estudioso do Direito Civil em Portugal, nas últimas décadas, que deixa na respectiva legislação uma marca muito profunda e uma influência bem aceita pela comunidade jurídica – teve um quantum de quase intimidade (presente parte da sua família pessoal e a grande maioria dos seus colegas professores da Faculdade) que enriqueceu a nobreza e intencionalidade do Instituto Jurídico e da própria Faculdade, o debate não desmereceu nem no mérito nem na oportunidade.

Oportunidade porque é também em ambientes destes, na presença e com a colaboração de gente com largos anos de reflexão sobre a matéria, que a Imprensa Regional, no mundo, mas particularmente em Portugal, deve ser pensada, reflectida, questionada e eventualmente melhorada, no muito que todas as actividades, nesta e noutras áreas, têm de potencial de crescimento e melhoria.

## Projecto ambicioso

De entre o que foi dito – e do dito muito foi de superior qualidade, capaz de



António Pinto Monteiro é um eminente estudioso do Direito Civil

carrear para o sector laivos de esperança motivadora – uma particular referência para a intervenção de João Palmeiro, seguramente uma das pessoas que, hoje, mais sabe de Imprensa em Portugal e notoriamente de Imprensa Regional, assunto a que dedicou quase uma vida e em cuja defesa milita com profundas convicções e particular saber.

Defendeu, com enorme coragem e até ousadia, que a API vai candidatar os jornais centenários portugueses que se têm publicado ininterruptamente (pouco mais de duas dezenas de títulos) a Património imaterial da UNESCO. Há quem considere esse projecto de

difícil aceitação e de não fácil defesa. O futuro dirá se as mais altas instituições do mundo têm sensibilidade para compreender o projecto e lhe reconhecer a matriz de actividade que vai muito para além do simples acto de informar, para se tornar no abraço afectivo de maiores ou menores comunidades regionais, para ver nela, na Imprensa Regional, o grande factor de coesão cultural e social de grandes ou pequenos espaços do território, se enxergam nas breves notícias das nossas pequenas aldeias, chão quase sagrado de muitos de nós, algo muito próximo dos salmos bíblicos da informação.

Clara Almeida Santos trouxe números e convite à reflexão sobre eles. Muitos números.

Alguns questionáveis, como questionável é tudo quanto se diga no plano superior da reflexão universitária. Mas imprescindíveis para se entender a Imprensa Regional, cuja leitura e capacidade de influência ultrapassa em muito (e foi dito) os indicadores respeitantes à Imprensa dita nacional, que de nacional nada tem, salvas duas ou três excepções.

Valeram, também, todas as intervenções e para além do mérito elevado de cada uma, pelo contributo para que se olhe para a Imprensa Regional – diríamos

até comunicação regional – não como o parente pobre do sector, mas como algo de muito nobre que embrulha e enforma a informação em critérios de verdade e rigor, comprometendo-se com as zonas que serve e com a defesa dos interesses das suas gentes.

E em Coimbra sentimos isso de modo muito particular. Talvez todos nós – jornais, rádios e leitores – estejamos a esquecer essa componente essencial do compromisso com as comunidades.

De contrário, talvez o Poder Central não fosse tão ousado e afrontoso, a ponto de defender que as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto se configurem como uma tesoura que atafega Coimbra, a Norte pelos limites da Mealhada, a Sul pelos de Pombal.

Quem vir na Imprensa Regional apenas papel e caracteres nunca entenderá este sentido de protesto que aqui vai contido.

Que o Instituto Jurídico da Comunicação da FDUC se continue a cumprir pelos anos fora, se possível enriquecendo os seus currículos com as reflexões que o recente debate despertou. E se afirme, cada vez mais, como o refúgio jurídico da liberdade responsável da informação.